COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.176, DE 2001

Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.

Autor: Deputado JOSÉ PRIANTE

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO
FILHO

I - RELATÓRIO

Vem ao exame deste Colegiado o Projeto de Lei nº 4.176, de 2001, de autoria do nobre Deputado JOSÉ PRIANTE, que visa a transferir, a título gratuito, aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, terras da União, com as benfeitorias existentes, situadas nos respectivos territórios, ressalvadas as áreas destinadas à execução de serviços públicos federais e estaduais, as áreas de preservação ambiental e as ocupadas por particulares.

Segundo a proposição em análise, as terras ocupadas por particulares serão alienadas nos termos da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e demais disposições legais pertinentes, assegurada a participação dos Municípios nos processos de regularização e alienação dessas áreas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura e Política Rural, de Finanças e Tributação e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Na Comissão de Agricultura e Política Rural, o projeto foi aprovado, por unanimidade, nos termos do parecer do Relator, Deputado JOSUÉ BENGTON.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu, unanimemente, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto ora examinado, consoante o voto do Relator, Deputado FETTER JÚNIOR.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a apreciação da matéria sob os enfoques da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, a teor do disposto no art. 32, inciso III, alíneas *a* e *h*, do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Dispõe o art. 188 da Constituição Federal:

“Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.”
(destacamos)

Depreende-se do dispositivo constitucional retrotranscrito que as terras públicas devem ser destinadas em harmonia com a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária.

A leitura sistemática da legislação de regência em consonância com a normativa constitucional referida autoriza a alienação do patrimônio imobiliário da União por ato do Chefe do Poder Executivo, devendo ocorrer a aprovação prévia pelo Congresso Nacional na hipótese de alienação de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, o que corresponde a 25 quilômetros quadrados.

Poder-se-ia argumentar que a iniciativa legislativa quanto à gestão de bens públicos compete ao Poder Executivo. Há que se reconhecer, contudo, que o Poder Legislativo não pode ficar inerte nessa matéria, mormente quando se verifica que o Constituinte outorgou-lhe competência para a aprovação prévia das alienações de terras públicas.

Com efeito, segundo a justificação da proposição, quase todos os bens públicos situados nos Municípios de Belterra e Aveiro pertencem à União, o que vem acarretando sérios problemas administrativos para os Municípios. Nas palavras do autor do projeto:

“sem a propriedade dos imóveis na zona urbana, os administradores municipais encontram sérias dificuldades para promover os tão necessários investimentos em educação, saúde e infra-estrutura, além de não poderem cobrar impostos cuja receita seria revertida em benefício da população local. Na área rural os problemas não são menores, pois as centenas de agricultores estabelecidos em regime precário de ocupação não têm acesso ao crédito rural e, conseqüentemente, ficam impedidos de aumentar sua produção, novamente com prejuízo para a economia local.”

Tal situação chegou a ser reconhecida por comissão técnica do Poder Executivo, que até o momento não apresentou solução para o problema. Nesse passo, se a matéria for decidida no âmbito do Congresso Nacional, com a aprovação prévia

da alienação, estaremos efetivamente caminhando para a definição da situação dos Municípios de Aveiro e Belterra, que tanto vêm sendo prejudicados pela omissão administrativa.

Destarte, sob a ótica da constitucionalidade e juridicidade, o projeto está em consonância com as normas e princípios consagrados pelo direito pátrio, com ressalva do art. 2º da proposição, que assinala prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao cumprimento da lei, em violação ao art. 2º da Constituição Federal, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 546-4 RS). Apresentamos, ao final, emenda visando a sanar o apontado vício.

No mérito, a iniciativa merece todos os encômios. A constatação da oportunidade e conveniência da proposição não parte tão-só deste Parlamentar, mas também da comissão técnica do Poder Executivo que estudou a matéria. Conclusões dessa comissão foram transcritas pelo Autor do projeto:

“5.17. Pela necessidade de definir e materializar topograficamente as áreas de expansão, disponibilizando-as juntamente com os equipamentos públicos para cessão aos respectivos Municípios.

5.18. Pela alienação dos imóveis residenciais, comerciais e das áreas edificadas por particulares, preferencialmente, em favor dos legítimos ocupantes, e pela disponibilização e cessão de imóveis, mediante destinação específica, a instituições federais e estaduais, e aos Municípios de Belterra e Aveiro.”

Cabe ao Poder Executivo examinar a oportunidade e a conveniência da manutenção dos bens da União no domínio desta. Após tal exame, se a área for superior a dois mil e quinhentos hectares, compete ao Poder Legislativo a aprovação prévia da alienação.

Não se trata, portanto, de dar uma autorização em branco para a transferência de terras públicas da União, sem a imprescindível justificação do Poder responsável pela gerência desse

patrimônio. Há, evidentemente, uma motivação respaldada no interesse público, não sendo permitido ao Congressista fechar os olhos para a realidade do problema vivido pelos Municípios em tela.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.176, de 2001.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2003.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator